



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Vários órgãos de comunicação social dão conta hoje, dia 8 de maio de 2019, de que há casos confirmados de doentes dos hospitais de Portimão e de Faro a quem estão a ser negados tratamentos do foro oncológico devido a processos burocráticos e falhas de comunicação entre os respetivos hospitais e o IPO de Lisboa, que envolvem o pagamento de análises decisivas para definir os tratamentos a fazer aos doentes em causa.

De acordo com as notícias, **«há registo de pelo menos cinco casos no Hospital de Portimão, e outros ainda por quantificar em Faro, ocorridos entre o início de dezembro de 2018 e março deste ano».**

«[...] 26 exames foram pedidos pelo CHUA ao IPO de Lisboa desde dezembro de 2018 até abril deste ano. O processo burocrático fez com que António[doente que faleceu a 27 de março] perdesse 50 dias entre a colheira e a revelação do resultado. Mas afinal qual é o preço que é preciso pagar para salvar uma vida? O exame tem um valor de cerca de 200 euros».

A ser verdade, o CDS-PP considera esta situação de extrema gravidade e requer esclarecimentos da Senhora Ministra da Saúde.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à, Senhora Ministra da Saúde por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- É verdade o que vem relatado nas notícias de hoje, dia 8 de maio de 2019, veiculadas na comunicação social?

2- Quantos casos ocorreram no Hospital de Portimão? Com que desfecho?

3- Quantos casos ocorreram no Hospital de Faro? Com que desfecho?

4- Qual o motivo para que, em casos que são de gravidade extrema e risco de vida, não se ultrapassem barreiras referidas como burocráticas e falhas de informação entre hospitais?

5- Há casos idênticos noutros hospitais/IPO do país? Onde? Quantos? Com que desfecho?

6- Que medidas tomou o Ministério da Saúde para resolver esta situação no imediato?

Palácio de São Bento, 8 de maio de 2019

Deputado(a)s

JOÃO REBELO(CDS-PP)

TERESA CAEIRO(CDS-PP)

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)